

16
07
P

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E
QUINZE**

-----Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do **Presidente da Mesa** – Laurentino Dias, a **Segunda Secretária** – Sílvia Soares verificando-se a ausência do **Primeiro Secretário**. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes *pedidos de suspensão*: pelo período de trinta dias - Isabel Maria Oliveira Ferreira, pelo período de trinta e um dias - Manuela Maria Nogueira do Vale Jordão, pelo período de oito dias - Manuel Armando Salgado Santos, todos eleitos pelo PS; pelo período de trinta dias Rita Simone Domingues Grandinho e José Manuel Gonçalves Domingues, eleitos pelos IPF; pelo período de trinta dias Susana de Fátima Amorim Cortez de Almeida, eleita pelo PSD. Pelo período de quinze dias, Raquel Manuela Salgado Sousa, eleita pelo PS e João Vieira Mendes eleito pelo PS, nesta sessão. -----

-----Pedi a *substituição* pelo respetivo Secretário, Fernando Paulo Teixeira Soares, o Presidente da Junta de Fafe -----

-----Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** convidou Manuel Cunha para exercer as funções de Primeiro Secretário.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e três Membros.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem. -----

-----O **Presidente da Mesa** começou por prestar um esclarecimento sobre a ordem de trabalhos – o ponto dois ponto doze - uma proposta de redução do IMI para famílias com descendentes a cargo, apresentada pelo CDS – Partido

Popular, e que muitos já repararam com perplexidade, uma vez que o CDS tinha representação na Assembleia Municipal. Explicou que tal fato se deveu a um lapso desagradável, a uma troca de emails, que entendeu não dever corrigir na altura em que foi detetado, mas sim fazê-lo na sessão. Nesses termos, propôs à Assembleia Municipal que o referido ponto fosse retirado da ordem do dia porque era ilegal uma vez que as propostas apresentadas à Assembleia tinham que o ser pela Câmara ou por qualquer dos membros ou grupos políticos com presença na Assembleia. Pediu desculpa pelo sucedido, propondo que esse ponto fosse retirado da ordem do dia, se todos concordassem. -----

-----Não havendo nenhuma objeção, o ponto foi retirado.-----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia a existência de cinco propostas: - um Voto de Pesar, subscrito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Arões Santa Cristina e outro subscrito pelos IPF, pelo falecimento de Adriano Novais Peixoto que exerceu funções de Presidente da Junta de Freguesia de Arões Santa Cristina entre 1976 e 2001. Atendendo a que se trata de um voto de pesar e uma vez que todos os grupos concordaram, apenas se votará o voto de pesar subscrito pelo atual Presidente da Junta, que foi subscrito por todos os grupos parlamentares representados na Assembleia Municipal – CDU, IPF, PS e PSD. De seguida, procedeu-se à leitura do mesmo. Não havendo intervenções, foi colocado a votação, sendo **aprovado, por unanimidade e cumprido um minuto de silêncio**.-----

- Posteriormente, passou-se à apresentação de um voto de congratulação, subscrito pelo PSD, pela atribuição do estatuto de PME excelência a várias empresas fafenses, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade**.-----

- Seguidamente, foi apresentada uma moção, subscrita pelo CDU, sobre a classificação de arvoredo de interesse público, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----O Presidente da Mesa sugeriu que a moção fosse corrigida para “recomendar à Câmara que encete diligências”, em vez de “encetar diligências”, tendo em conta que não era competência da Assembleia Municipal.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para explicar que

era uma processo burocrático simples que qualquer cidadão podia fazer, salientando a importância do assunto que ajudava a valorizar o patrimônio local. Concordou com a alteração proposta pelo Senhor Presidente da Mesa.---

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

- Por fim, foi apresentada a Moção subscrita pela CDU, sobre a elaboração de um regulamento de cedência de edifícios municipais, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por maioria, com três votos contra e três abstenções.**-----

-----De seguida, passou-se ao **período de intervenções**. Tomou a palavra **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa**, eleito pelos IPF, para fazer uma análise do relatório apresentado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fafe no 2014, salientando que foram registados um total de oitenta e cinco processos ativos correspondendo cada processo a uma criança, cento e oito processos transitaram do ano de 2013. Mencionou que foram instaurados cento e oito novos processos e reabertos cinquenta e cinco, perfazendo um total de duzentos e setenta e um processos trabalhados no ano de 2014. Afirmou que no mesmo ano se verificou um total de cento e oitenta e seis processos saídos da Comissão que correspondiam aos arquivados enviados a outras CPCJ e tribunais. Referiu também que a faixa etária predominante nos processos de promoção e proteção se situava entre os quinze e dezassete anos, com maior incidência no sexo feminino. Do relatório anual resultava ainda, que as crianças dos zero aos cinco anos, na sua grande maioria, frequentavam um equipamento de infância adequado à faixa etária, o que representava um aumento da qualidade de vida dessas crianças. Quanto ao enquadramento escolar, referiu que oitenta e cinco por cento das crianças jovens frequentavam o ensino regular, onze por cento o ensino técnico profissional na escola, e um por cento estava integrado em centro de formação. Quanto à problemática dominante que estava na essência dos processos, registava o relatório a exposição a modelos de comportamentos que pudessem comprometer o bem estar e o desenvolvimento da criança, seguido de violência doméstica e negligência. Já no que dizia respeito à entidade sinalizadora, a mesma era liderada pelos estabelecimentos de ensino, seguida pela autoridade policial. No

ano em avaliação e à semelhança dos anos anteriores, a Comissão de Proteção deu prevalência às medidas no seu meio natural de vida, concretamente com oitenta e oito medidas de apoio junto dos pais, e dezanove medidas de apoio junto de outro familiar por oposição ao acolhimento institucional, registando-se sete crianças institucionalizadas. Prosseguiu dizendo que comparativamente ao ano de 2013, verificou-se uma diminuição de vinte e quatro processos instaurados, por isso menos vinte e quatro crianças em perigo, o que refletia o trabalho e a forte aposta na prevenção levada a cabo pela CPCJ e as diversas entidades concelhias. Foi realizada a quinta assembleia de crianças e jovens, assinalou no mês de abril, mês da prevenção de maus tratos na infância, em colaboração com todas as escolas do concelho, centro de saúde, câmara municipal, segurança social, tribunal e comunidade. Foi ainda organizada uma palestra para jovens com o Ministério Público sobre o papel do MP na defesa dos interesses dos menores, no âmbito da comemoração do aniversário da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, dando continuidade à parceria com o Município no programa de intervenção social nas escolas do concelho com vista ao combate, abandono e absentismo escolar. Prosseguiu dizendo, que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens intervinham para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo quando os pais, o representante legal ou quem detivesse a guarda de facto, punham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resultasse da ação ou omissão de terceiros, ou da própria criança ou do jovem a que os responsáveis não se opunham de modo adequado a removê-lo. Terminou dizendo que integravam a CPCJ de Fafe representantes da segurança social, do município, do ministério da educação e ciência, do ministério da saúde, da associação de pais e encarregados de educação, do instituto de desporto e juventude, cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal, instituições particulares de solidariedade social com carácter institucional e não institucional, associações desportivas, culturais e recreativas, forças de segurança e técnicos cooptados.-----

-----O Presidente da Mesa agradeceu a leitura do relatório, agradecendo, também, aos membros da Assembleia que fazem parte da CPCJ, pelo trabalho desenvolvido e felicitou, ainda, a Presidente da CPCJ.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, que começou por questionar o Presidente da Mesa sobre a não publicação da convocatória no jornal, tecendo vários comentários políticos, e sobre a presença de óleo no piso da feira e quais as medidas que a Câmara iria tomar.-

-----O **Presidente da Mesa** informou que a mesma tinha sido publicada no Correio do Minho e que terá sido uma interpretação extensiva de “publicação em jornal local”.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para colocar algumas questões, nomeadamente sobre o futuro da Naturfafa, sobre a possibilidade de instalação do Museu do Automóvel no edifício chamado de Sacor. Por fim, assinalou o facto de, ao fim de trinta anos, o partido socialista ter perdido uma votação na Câmara Municipal.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, que começou por mencionar que a sua intervenção não estava relacionada com a aquisição dos telemóveis por parte da autarquia uma vez que, na sua opinião, foi um ato despesista e de desvario que o partido socialista os habituou. Questionou o Presidente da Câmara e o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em que qualidade estiveram presentes no lançamento do livro que retratava a vida e obra do professor Manuel Cardoso, ex-presidente da Câmara Municipal. Mencionou que essa interpelação se devia ao facto dos Independentes terem publicamente criticado às suas participações num ato que enaltecia a obra desse fafense. Teceu vários comentários políticos. Disse, ainda, estranhar o facto da participação do professor Alberto Alves não ter sido, também, alvo de críticas. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, que começou por dizer que, na qualidade de representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do PDM, esteve presente na última reunião que aprovou o Plano Diretor Municipal, explicando que a sua presença nessa reunião passou por, em nome da Assembleia Municipal, cumprimentar o corpo técnico da Câmara, uma vez que os principais trabalhos tinham sido executados e o executivo por ter resistido à tentação de por em causa tudo o que estava para trás e ter sido capaz de pegar em todo o trabalho que estava feito.-----

Prosseguiu, afirmando que, desde de 2012, que insistia que estava para chegar

o tempo em que se teria de aproveitar a boa situação financeira da Câmara para se criar uma rede social própria, uma vez que a administração central se tinha demitido de algumas responsabilidades.-----

Afirmou que a população se sentia mais confortável por saber que o executivo tinha desenhado uma série de instrumentos de apoio social no município de Fafe. -----

Lembrou que já tinha dito numa Assembleia, em nome do partido socialista que seria, talvez, tempo da Câmara Municipal ter uma ação mais musculada, atendendo a alguns problemas ambientais que existiam no nosso concelho. Mencionou que, passado meio ano, os problemas continuavam e que, como todos sabiam, eram da tutela do Ministério do Ambiente, da Agência Portuguesa do Ambiente. Mencionou que a Câmara Municipal tinha responsabilidades para que esses problemas fossem resolvidos e nesse sentido, questionou o Presidente da Câmara sobre o que tinha sido feito e o que estava previsto fazer-se. Perguntou, ainda, ao Presidente da Mesa se não poderia ser útil que a própria Mesa da Assembleia Municipal, em nome da mesma, e se o plenário assim concordasse, pudessem remeter um ofício ao Senhor Ministro do Ambiente a solicitar alguns esclarecimentos e informando-o que em Fafe persistiam alguns problemas ambientais ao longo do tempo.-----

-----O **Presidente da Mesa** agradeceu a sugestão, afirmando, no entanto, que era seu entendimento que deveria ser a Câmara a fazê-lo. -----

----- De seguida, solicitou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe** que começou por afirmar que, desde a última Assembleia Municipal, tinha registado com satisfação o apoio que a Câmara Municipal teve, e tem levando a cabo para que em Fafe continuasse a ser promovido o ensino da música a centenas de alunos que anualmente passavam pela academia de música José Atalaya. Mencionou que essa medida proporcionava ao longo dos anos a formação artística dos jovens fafenses, muito deles já com formação superior nessa área e com carreira profissional formada. -----

Salientou que, o protocolo que orçamentava os 90 mil euros, assegurava-se o funcionamento da academia nas suas diferentes valências, tendo como função, para além da atividade na área da formação e da educação musical, a organização de concertos pedagógicos dirigidos à população escolar, de acordo com um plano a elaborar conjuntamente com os pelouros da educação

12-1
e cultura e a colaborar no desenvolvimento de outras atividades culturais. Prosseguiu, mencionando que o projeto onde o partido socialista se revia, dada a sua influência nas formas de estar, sentir e transformar os modos com se evidenciava a cultura em Fafe, constituía um motivo de orgulho para a consolidação de uma terra que tinha a música como um dos seus símbolos de reconhecimento exterior, também graças às bandas filarmónicas locais e projetos de cultura, igualmente apoiadas ao longo dos anos pelo Executivo Camarário. -----

Ainda no âmbito da educação, sublinhou a realização de mais um encontro de cantares de reis e o desfile de carnaval das escolas onde foi notória a participação, em larga escala de alunos, professores e auxiliares de ação educativa, que reuniu mais de 5 mil pessoas nos dois eventos. Mencionou que comunidade fafense estava de parabéns, pelo esforço que demonstra na participação e pelo empenho que colocava nas atividades. Deu ainda os parabéns ao Executivo pela sua promoção e apoio, sinal que acreditava num processo de formação e educação dos cidadãos fafenses, que não se alheava das suas tradições e dos seus traços hereditários, nomeadamente no setor da educação, que se prendia com o combate ao absentismo e ao abandono escolar no concelho através do programa de intervenção social nas escolas de Fafe. Nesse sentido, o programa acompanhado no terreno pelas técnicas do serviço social da Autarquia em colaboração com a CPCJ de Fafe, tinha vindo, nos últimos anos, a desenvolver um trabalho de acompanhamento aos alunos de forma a evitar algumas situações. Prosseguiu, mencionando que o PS tinha no seu horizonte a defesa intransigente de cada euro gasto na educação, não sendo um custo, mas sim um investimento. Terminou, afirmando que a bancada do PS se regozijava pelo trabalho desenvolvido nessa matéria, continuando a apoiar este tipo de medidas e estando certos que apoiando, se estava a apoiar o melhor futuro para Fafe e para os Fafenses.-----

-----Posteriormente, foi dada a palavra a **José Augusto Pereira Rodrigues**, eleito pelo PSD, que começou por tecer comentários políticos dirigido ao deputado Miguel Summavielle sobre a sua participação na eleição do líder de um partido, quando defendia que a culpa era sempre dos partidos políticos, afirmando que tal atitude demonstrava uma falta de coerência. Teceu, ainda, comentários políticos sobre a comenda atribuída a Parécidio

Summavielle, ex-Presidente de Câmara, pelo Senhor Presidente da República que tinha sido, por parte desse ex-presidente, alvo de muitas críticas ao longo dos anos. Comentou o facto do ex-Presidente da Câmara ter aceite a comenda, considerando esse ato uma falta de carácter, não sendo sério. -----

No seguimento da sua eleição para membro da Comunidade do ACES de Guimarães, Vizela e Terras de Basto, informou que, até ao presente, não tinha havido uma única reunião desse conselho da Comunidade. -----

Afirmou, ainda, que, como era do conhecimento de todos, o Conselho Executivo da ARS Norte ia diminuir o horário de alargamento em algumas USF do concelho, concretamente que a de Arões que ia deixar de prestar o serviço às pessoas no horário de domingo, e outras USF do concelho iriam ver o horário reduzido das 22 horas para as 20 horas, questionando, dessa forma, o Presidente da Câmara sobre a atitude que iriam tomar.-----

-----De seguida, usou da palavra o **Presidente da Freguesia de Cepães e Fareja** que começou por lembrar que nas margens dos nossos rios foram construídas várias zonas de desporto e lazer e praias fluviais, no entanto, no presente, não era possível desfrutar dessas áreas porque diariamente eram efetuadas descargas residuais que estavam na origem de diversos episódios de poluição que chocavam e alarmavam a população que convivia com essas zonas. Mencionou que as Juntas de Freguesia diretamente lesadas e a Câmara Municipal, queriam acabar com esses recorrentes atentados ambientais e denunciavam todas as situações e descargas poluentes no rio às entidades fiscalizadoras, no entanto, atendendo a que essa competência era do Estado, designadamente da Agência Portuguesa do Ambiente, não era dado a conhecer o resultado dessas denúncias e as consequências das mesmas. Salientou que a Autarquia tinha solicitado uma reunião conjunta com as entidades com responsabilidades no domínio público, desde a gestão, a fiscalização, para que, de forma articulada se conseguisse corrigir comportamentos, eliminar focos poluidores, propondo que, nessa reunião, fosse apresentado o descontentamento pela forma como esses atos de incumprimentos legais eram tratados, permitindo que fossem compensatórios e viáveis a sua continuidade. Atendendo a que era uma situação que não se podia suportar por muito mais tempo, recomendou ao Presidente da Câmara que fosse mais persistente com as autoridades e com o Governo, esperando

que essas situações não fossem esquecidas e que fossem aplicadas coimas mais pesadas aos prevaricadores ambientais para que o crime não compensasse.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **Rui Sandro Novais da Silva**, eleito pelo PSD, para informar sobre a alteração à Lei nº 8/2009, que com a publicação da Lei nº 6/2012 de 10 de fevereiro criou o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, conselhos que se tornaram espaços democráticos onde os jovens tinham a possibilidade de se pronunciar sobre as melhores políticas para as concelhias, de levar a suas reivindicações até aos poderes constituídos e, dessa forma, serem eles, também, sujeitos ativos do processo político. Mencionou que considerava que no presente era inquestionável que os principais vetores de estratégia de desenvolvimento e crescimento dos concelhos e de toda uma região, fossem decididos nas comunidades intermunicipais. Afirmou que a criação das CIM vieram colmatar essa necessidade de pensamento conjunto, de simbiose dos esforços, da partilha dos projetos, dos equipamentos estruturantes para a mesma área geográfica e respetiva população. Estranhou o facto das comunidades intermunicipais ainda não complementarem um órgão consultivo juvenil, apesar da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, na sua redação atual através do seu artigo 14º, mencionar que os Conselhos Municipais da Juventude podiam estabelecer formas permanentes de cooperação, através da constituição de comissões intermunicipais de juventude. Terminou dizendo que a juventude social democrática, numa adaptação à referida lei, elaborou um projeto de Regulamento do Conselho Intermunicipal da Juventude do Ave o qual seria proposto à aprovação na próxima Assembleia Intermunicipal e, nesse sentido, apelou aos deputados que estavam em representação nas Assembleias Intermunicipais da CIM do Ave que tivessem um voto favorável relativamente a essa proposta.-----

-----Posteriormente, interveio **Alexandre Daniel Freitas Peixoto**, eleito pelo IPF, que iniciou a sua intervenção dizendo que na semana em que se encontravam verificou que estavam a ser abatidos carvalhos na freguesia de Felgueiras com características únicas na Europa, mencionando que, após uma análise ao PDM, tinha constatado que essa zona tinha sido considerada floresta de proteção ecológica e, nos termos do regulamento (que leu), essas

zonas deviam ser defendidas como património natural pela função ecológica que desempenhavam na proteção dos leitos e das linhas de água. Nesses termos, questionou o Presidente da Câmara se tinha conhecimento, se tinha sido emitida alguma licença, qual era a sua opinião e o que pretendia fazer.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa**, eleita pelos IPF, que começou por dizer que a Presidência da República, Órgão Supremo da Nação, decidiu agraciar com o grau de Comendador da Ordem do Mérito, quinze ex-autarcas, justificando a atribuição da Comenda com o contributo prestado às populações durante vários anos e o serviço dispensado para o desenvolvimento dos concelhos que serviram, e consequente cooperação para o desenvolvimento do país e bem-estar das populações. Mencionou, ainda, que na cerimónia dedicada a esse evento, ocorrido a treze de fevereiro, o Presidente da República enalteceu todo o trabalho desenvolvido pelos ex-autarcas nos seus concelhos, afirmando que os autarcas permitiram que o país avançasse para a descentralização de competências e evidenciou o pluralismo democrático do poder local, através do reconhecimento público pelo voto livre e democrático dos eleitores. Salientou que o Concelho de Fafe esteve envolvido nessa significativa homenagem a quinze ex-autarcas, através de Parcídio Matos Summavielle Soares que, durante muitos anos, foi mandatado pelos eleitores fafenses e sempre com maioria absoluta para exercer as funções de Presidente da Câmara. -----

Afirmou que não pretendia falar da obra, nem do carácter e personalidade de Parcídio Summavielle, nem da sua ação política, mas que importava salientar a justiça que lhe foi prestada pelo órgão supremo da Nação, que fazia jus à isenção e independência, como era a Presidência da República, falar da dignidade da cerimónia e das pessoas que nela participaram, falar da honra que a Comenda representava para Fafe e para os Fafenses. Mencionou que, na realidade, o concelho e a população de Fafe deviam sentir-se orgulhosos e honrados pelo reconhecimento justo e público que foi feito ao trabalho do Presidente da Câmara Parcídio Summavielle e à sua inegável dedicação e empenho para que o desenvolvimento acontecesse. -----

Mencionou, ainda, que na entrevista concedida à imprensa local o ex-Autarca teve a hombridade de referir que distinção representava o esforço de um coletivo, onde desde logo pontuavam os vereadores quer do seu partido, quer

da oposição, corpo técnico e a maioria dos trabalhadores, afirmando que não se sentia sozinho a receber a medalha, porque também era deles. -----

Terminou a sua intervenção, afirmando que, por tudo o que aconteceu e pelo grande significado que a Comenda representava para Fafe, não podia deixar passar em claro a oportunidade, solicitando ao Presidente da Mesa que o teor da declaração fizesse parte da ata.-----

-----De seguida, usou da palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes**, eleito pelo PS, que iniciou a sua intervenção, dizendo que pretendiam mostrar uma mudança na área do turismo que estava a ser efetuada pela Câmara Municipal de Fafe, mencionando que alguns eventos que nos últimos meses se realizaram na cidade tinham demonstrado que havia algumas diferenças da forma como o pelouro do turismo encarava essa área. Salientou os primeiros workshops gastronómicos realizados em Fafe sobre como fazer vitela à moda de Fafe, doçaria regional, a broa e o bolo de Fafe, mencionando que foram três eventos que, para muitos, passaram despercebidos mas que encerravam em si, um caminho, um rumo que era o valorizar dos produtos locais e dessa forma abrir à população em geral, local ou não, ensinamentos que podiam levar mais longe esses produtos. Realçou, ainda, as atividades desenvolvidas pela Autarquia no período Natalício e passagem de ano. Destacou, ainda, as atividades do Carnaval que no ano corrente foi diferente dos anos anteriores, com o reaparecimento de tradições que até então estavam quase esquecidas como a queima do pai das orelheiras, porque não obscurecia aqueles eventos que em cada freguesia se realizaram nessa época, ao contrário, complementou-as e colocou-as num horário que não interferia com nenhuma das outras atividades. Citou, também, outro evento que ia na oitava edição, que era o Concurso Canino que devido à importância que vinha a demonstrar, no ano que se seguia seria um evento internacional sendo, portanto, um sinal de que existia uma forma diferente de fazer, mais dinâmica, mais promovida e que curiosamente fazia com que houvesse uma intervenção de entidades privadas que se associavam para que os eventos tivessem êxito. Terminou, salientando ainda que a Câmara estava sempre disponível para ajudar essas entidades na promoção dos seus equipamentos, afirmando que nessa matéria está a mudar e para melhor.-----

Posteriormente, foi dada a palavra ao **Presidente de Junta das Freguesias de**

Aboim, Felgueiras, Gontim e Felgueiras para comentar a intervenção de Alexandre Peixoto dos IPF, afirmando que estava inteiramente de acordo com o que tinha dito. Mencionou que tanto a Junta como a Câmara estavam atentos, ao longo destes últimos anos, à situação denunciada situação. Referiu que foram efetuadas muitas diligências e contactos e continuavam a ser, e tentado fazer parcerias com a UTAD e com a DECO, para que o carvalhal fosse qualificado.-----

-----De seguida, usou da palavra **Miguel Cabral Almeida Summavielle**, eleito pelos IPF, para responder à intervenção do deputado José Augusto Pereira Rodrigues, dizendo que devia ter mais cuidado com as palavras que usava e que, quanto ao facto de questionar a sua honestidade e seriedade, agradecia que, perante a Assembleia, provasse o que estava a dizer.-----

-----Solicitou, de imediato, a palavra **José Augusto Pereira Rodrigues**, eleito pelo PSD, para dizer que linguagem utilizada era uma linguagem de coerência política. Tecendo vários comentários políticos. -----

-----Posteriormente, tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para responder ao deputado José Augusto Rodrigues de Sousa, dizendo, que relativamente à cerimónia de apresentação do livro do falecido Professor Manuel Cardoso, a Assembleia Municipal não recebeu nenhum convite para esse evento, assim sendo o presidente da Assembleia Municipal não esteve presente, mas o Laurentino Dias, não como militante do PS, nem como deputado da Assembleia da República, esteve como cidadão e fafense, amigo dos familiares, nomeadamente do familiar responsável pela edição do livro, José Manuel Cardoso, filho de Arlindo Dias que era amigo do falecido Manuel Cardoso e como tal, entendeu que deveria estar presente naquele evento, a título absolutamente pessoal. Recordou que o evento era a apresentação de um livro e não uma sessão de homenagem, porque se fosse uma sessão de homenagem não estaria presente porque não homenagearia a pessoa do professor Manuel Cardoso que tinha, obviamente, ideias políticas profundamente diferentes das suas. Mencionou que ao longo da sua vida política, aprendeu a conviver com pessoas de diferentes ideologias políticas e diferentes formas de estar na vida e no mundo, o que nunca o diminuiu, nem empobreceu, pelo contrário lhe tinha dado maior capacidade de acompanhar a vida e perceber o mundo. Prosseguiu, pedindo ao deputado Miguel

Summavielle que transmitisse ao seu pai Parcídio Summavielle, que foi presidente da Câmara de 1982 a 1997, e com quem trabalhou durante quinze anos no Município. Mencionou que não ignorava algumas divergências ocorridas a partir de um determinado momento, mas não esquecia o tempo em que teve a honra, juntamente com vereadores, com presidentes de junta, com membros da Assembleia Municipal, de com ele trabalhar e de poder, com cada um dar, à sua maneira, o seu contributo para que Fafe se desenvolvesse, para que Fafe se tornasse um concelho onde se ia vivendo melhor do que nesses tempos e conforme por ele foi dito, a Comenda que recebeu era um pouco de todos os que o ajudaram a ser Presidente de Câmara. Nestes termos, solicitou que lhe fosse transmitido o seu reconhecimento e agradecimento pela parcerias que teve com todos ao longo desses anos.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos:-----

- Relativamente à apresentação do livro, disse que subscrevia parte daquilo que tinha sido dito pelo Presidente da Mesa, a Câmara Municipal também não foi convidada, quem foi convidado foi o amigo Raul Cunha da família do Dr. Ribeiro Cardoso. Salientou que esteve presente numa apresentação de um livro e não numa homenagem e fez questão de dizer, nessa apresentação, que a sua presença com amigo da família e que estava habituado a ouvir falar do Dr. Cardoso com uma ternura, um cuidado e uma consideração pelo pai, e que todos, provavelmente, invejam e gostavam que um dia os nossos filhos se recordassem dos pais dessa forma. Fez questão de distinguir o plano pessoal, familiar do plano político e dizer que era claramente contra aquela ideologia que renegava naquela altura;-----

- Agradeceu o reparo sobre a questão do óleo no recinto da feira;-----

- Relativamente à questão da Naturfafe, referiu que estava a ser tratado ativamente. Mencionou que esse problema foi muito politizado pois tinha contornos que faziam com que a mesma já não respondesse às necessidades para que tinha sido criada. Afirmou que estavam empenhados em resolver a questão da Naturfafe de forma a salvaguardar os trabalhadores;-----

- Quando à questão do Museu, mencionou que era intenção do Executivo trocar a localização do mesmo para um local com mais visibilidade, e que de

bfacto existiam contactos com os proprietários do prédio que referiu, mas ainda não havia nada em concreto.-----

- Agradeceu as referências feitas em relação à questão da intervenção social e desenvolvimento social que tinham tido e falou de uma questão que era preocupação de todos, relacionada com a poluição dos rios. Mencionou que era um assunto que preocupava e que no dia da sessão da Assembleia Municipal tinha estado numa reunião com o Senhor Ministro, Jorge Moreira da Silva, e que estava uma reunião marcada para a semana que se seguia com as várias autoridades que tinham intervenção nessa matéria, porque tinham que ser tomadas medidas mais intensas, afirmou que as empresas eram muito importantes e deviam ser acarinhadas, que deviam laborar em Fafe com toda a dinâmica, mas não podiam deixar que estragassem o concelho de Fafe. Referiu, também, que relativamente à floresta, o carvalhal era uma das mais valias que tornava o concelho de Fafe diferente. Mencionou que tinha como estratégica política a valorização de tudo que era de Fafe e os tornava diferentes, daí as várias iniciativas na área do turismo e ter quatro ou cinco eixos fundamentais, nomeadamente, o desenvolvimento de tudo o que envolvia o desporto automóvel. -----

Quando à questão do carvalhal, mencionou que não tinha havido ninguém que o procurasse e que tivesse saído do seu gabinete com o Presidente de Câmara a dizer-lhe que desistisse, pelo contrário tinha lançados desafios a todos os que o procuram para arranjar uma solução para aproveitar o carvalhal, dinamizá-lo sob o ponto de vista turístico e económico. Quanto à questão do abate, informou que o conseguiram interromper, afirmando que ia verificar de quem era a competência, pois pensava não ser do Município.-----

- Prosseguindo na área do turismo, afirmou que iam continuar a desenvolver a questão da gastronomia, da valorização da natureza, do turismo tradicional religioso e das festas tradicionais e também desenvolver a característica que tornava o Município o mais brasileiro de Portugal, entre outras.-----

- Quanto aos horários dos Cuidados de Saúde Primários afirmou que, enquanto médico já tinha feito algumas diligências e protestado o mais possível pela redução dos mesmos. afirmou que tinha vindo a assistir paulatinamente, e com razões nem sempre transparentes, por motivos económicos, a uma redução progressiva do horário do atendimento dos serviços o que fazia com que as

12-
AF
P
pessoas desaguassem todas nas urgências que não tinham capacidade para responder às várias solicitações e lamentavam que os cuidados de saúde primários não funcionassem, afirmando que não funcionavam porque os mandaram encerrar.-----

- Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, mencionou que gostava da ideia de se formar uma Comissão Municipal da Juventude na CIM, mas não era competência da Câmara.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se imediatamente para o **Período da Ordem do Dia**. Passou-se de seguida ao **ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal**. -----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para questionar sobre os critérios adotados para elaborar da informação escrita. Afirmou que entendia que eram atividades promovidas pelo Município, ou que fazia parte, uma vez que na informação onde estavam elencados os lançamentos de livros, encontrasse o lançamento do tal livro que a Câmara afirmou não ter sido convidada e a Assembleia também não. Alertou, ainda, para o facto de uma obra relacionada com condutas de abastecimento de águas, que estava a ser executada na Via Circular não estar corretamente sinalizada, salientando ainda o mau estado dos passeios que estavam intransitáveis.-----

----- Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos necessários. Nestes termos, referindo-se à questão da sinalização, mencionou que ia procurar que os serviços fossem mais rigorosos. Sobre o modelo da informação escrita, afirmou que o mesmo não era do seu agrado, que a Câmara solicitava aos serviços que fizessem um resumo daquilo que cada um tinha efetuado. Quanto ao livro, esse assunto estava mencionado porque a Câmara tinha cedido as instalações, mas reafirmou que a Câmara não tinha sido convidada.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se imediatamente ao **ponto dois ponto dois ponto dois – Apreciação e votação do Mapa de Fluxos de Caixa**.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente de Câmara** que disse tratar-se de uma questão técnica, de uma obrigação legal.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado a votação, sendo **aprovado, por maioria, com dez abstenções.**-----

-----Seguidamente, passou-se para o **ponto dois ponto três - Apreciação e votação da 1ª revisão aos documentos previsionais de 2015.**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que houve necessidade de acomodar os saldos de gerência do ano anterior e corrigir o valor que cobrado através do IMI. Informou, ainda, que foram reforçadas as rubricas para aquisição do resto das casas da Urbanização José Saramago.----

-----Não havendo intervenções, foi colocado a votação, sendo **aprovado, por maioria, com dez abstenções.**-----

Posteriormente, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Apreciação da informação escrita da Câmara relativa aos Compromissos plurianuais assumidos no 4º trimestre de 2014.**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar o documento.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para solicitar esclarecimentos sobre o contrato com a GIRPE (empresa de segurança) para vigilância da feira semanal que rondava os quinze mil euros e questionar obre o motivo pela qual essa vigilância não ser feita pela Polícia Municipal ou pela GNR.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que a Polícia Municipal não dispunha de meios humanos suficientes para assegurar esse serviço, mencionando que quando foi feita a mudança da feira para o espaço que foi intervencionado tinha sido feita uma experiência com a GIRPE que funcionou muito bem, considerando que era uma questão de gestão. Afirmou, ainda, que esse serviço não competia à GNR.-----

-----Não havendo mais intervenções, a **Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----De seguida, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Apreciação e Discussão da proposta de subsídios a atribuir às juntas de freguesias.**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar o presente ponto, que sublinhou o esforço que a Autarquia estava a fazer numa política coerente de descentralização e de aproximação às pessoas, no caso concreto

às Juntas de Freguesia disponibilizando os meios financeiros necessários para desenvolver as suas tarefas.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para questionar o Presidente da Câmara, uma vez que o documento não esclarecia, acerca dos critérios de atribuição às Juntas de Freguesia e também sobre o facto de haver juntas com dois valores.-----

-----Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Freguesia de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído** para corrigir a intervenção anterior, uma vez que, por lapso, referiu a DECO quando na verdade queria referir-se à QUERCUS. -----

Prosseguiu perguntando se as transferências iriam ser feitas nas datas dos anos anteriores ou se teriam que executar primeiro as obras para depois poderem remeter a fatura à Câmara.-----

-----De seguida, interveio **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, para dizer que era com agrado que o seu partido via a proposta de atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia que naturalmente fazia com que as mesmas estivessem mais próximas das populações, para melhor poder realizar obra e tendo um conhecimento mais profundo das necessidades.-----

-----Posteriormente, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que as verbas referidas tiveram como critérios, em primeiro lugar, um valor fixo para todas as juntas, e depois um critério variável, que estava relacionado com a dimensão e o número de habitantes por freguesia e com outra correção que relacionada com aquelas freguesias em que a Câmara ia ter um investimento direto muito pesado. Informou, ainda, que relativamente aos dois valores que algumas freguesias tinham, o segundo valor dizia respeito a candidaturas financiadas no anterior quadro comunitário e que tinham que terminar. Quanto às datas, o Senhor Vereador e a Câmara iam reunir com todos os Presidentes de Junta para calendarizar as datas e as obras, porque iam ser remetidas à Câmara as obras que efetivamente iam ser pagas.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada por maioria com uma abstenção**.-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação e votação da proposta da Câmara de aquisição das restantes habitações (15) da Urbanização José Saramago – Fafe.**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que a proposta visava o encerramento do processo. Mencionou que a Câmara tinha obrigação contratual, que resultava do contrato que estava feito para a urbanização. Mencionou que a aquisição seria feita com recurso a financiamento próprio sem necessidade de se recorrer a um financiamento externo e iria sê-lo o mais rapidamente possível, até porque já existiam casas pretendidas.-----

-----Solicitou a palavra, **Joaquim Magalhães**, eleito pelos IPF, para comunicar que iam votar favoravelmente a proposta, mas deixavam claro que sempre avisaram o anterior executivo do mau investimento que estaria a ser feito. Teceu alguns comentários políticos.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para dizer que não ia votar a favor, embora fosse uma obrigação contratual, não deixava de ser uma má decisão, tecendo vários comentários políticos.-----

-----Posteriormente usou da palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para mencionar que a decisão tinha sido tomada em dois mil e sete ou em dois mil e oito, tendo tecido vários comentários políticos sobre o assunto. ---

-----Solicitou, também, a palavra **Jorge Adélio Costa**, eleito pelo PSD, para tecer comentários políticos sobre a anterior intervenção.-----

-----Posteriormente, foi dada a palavra a **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para dizer que a proposta foi apresentada no final do penúltimo mandato de José Ribeiro e que nessa altura os IPF já votaram contra.-----

-----De seguida, usou da palavra **Francisco Manuel Figueira Lemos**, eleito pelo PS, para mencionar que nessa altura havia dinheiro, aproveitando para tecer comentários políticos.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado a votação, sendo **aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto sete – Apreciação e votação da proposta da Câmara de aquisição de terrenos ocupados com a Escola EB 2,3 de Arões Santa Cristina.**-----

12-
P

-----O **Presidente da Mesa** confirmou ter conhecimento por todos os grupos parlamentares, porque foi distribuído no início da Assembleia uma proposta apresentada pelo PSD. Quanto ao presente ponto e uma vez que a proposta foi admitida, também, estaria em discussão.-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que a Autarquia tinha necessidade de construir uma escola, em Arões Santa Cristina. Mencionou que foi negociado com um particular a aquisição dos terrenos necessários para a mesma e iniciou a sua construção, sem o contrato estar fechado e estar pago o terreno. Informou que nesse processo negocial houve o que era habitual nesse tipo de processos, negociou-se o valor, o terreno necessário e as contra-partidas. No fim desse processo negocial, tinha-se a aquisição de toda a quinta pelo valor de novecentos mil euros. -----

Afirmou que esse processo foi aprovado pela Câmara e Assembleia, tendo sido remetido para o Tribunal de Contas que o chumbou, pelo que o processo teve que ser reanalisado, informando que iam comprar o terreno que a escola ocupou e depois, seria necessário avaliar qual o preço do mesmo. Informou a avaliação apresentada era uma avaliação independente efetuada por um perito da lista oficial do tribunal de contas, que a Assembleia tinha que aprovar para posterior envio ao Tribunal de Contas. -----

Salientou que quer o presente assunto como o próximo, estava em causa o tempo que os processos levavam, não sendo legítimo para os proprietários dos terrenos. -----

Explicou que iam recorrer a financiamento externo para não pôr em causa a capacidade de investimento, fazendo a contratação de um empréstimo, aproveitando a capacidade de endividamento que o município tinha.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** explicou o seu parecer em função daquilo que avaliou da proposta e das propostas que o PSD apresentou. Afirmou que as duas matérias eram delicadas, porque significavam aprovar uma indemnização de um montante descrito nas propostas da Câmara a uma pessoa, no caso de Arões Santa Cristina e a uma entidade a Coofafe e que os valores eram diferentes daqueles que foram encontrados anteriormente.. Mencionou que a Assembleia era confrontada com a aprovação ou não da proposta e falando de forma clara e tratando-se de uma deliberação

1-2-3
A
F

desta natureza, e sabendo que sobre os responsáveis políticos recaiam responsabilidades. -----

Mencionou que, confrontado com uma proposta que vinha da Câmara, sobre a aquisição desses terrenos pelo montante de seiscentos e cinquenta e sete mil euros, avaliados por um perito oficial da lista do tribunal de contas e aprovada em reunião de Câmara, mas com os votos contra dos Independentes. Contudo a mesma proposta vinha à Assembleia Municipal e o outro partido que estava na Câmara e que tinha na Assembleia os seus representantes, mencionou que a bem da transparência iam fazer outra coisa, pelo que lhe parecia que as propostas não fossem votadas e fossem com a maior urgência sujeitas a uma avaliação por uma peritagem colegial a semelhança do código das expropriações, sendo que essa matéria implicava para todos tivessem o sentido de responsabilidade e também cuidado. Sendo assim, sugeriu que, uma vez que a presente proposta e a seguinte eram do mesmo teor, as objeções colocadas nas propostas que o PSD apresentou à Mesa para os dois pontos não fossem votadas e fosse recomendado à Câmara que procedesse a uma nova avaliação por um colégio de cinco peritos à semelhança daquilo que o Código de Expropriações recomendava.-----

-----Foi dada a palavra a **Cristina Azevedo Pinho Sousa**, eleita pelos IPF para dizer que já foi notória e que se lhe aparecesse uma situação idêntica era forçada a recusar fazer a escritura porque não se tratar de um terreno mas sim de um edifício, tecendo alguns comentários.-----

-----De seguida, usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para dizer que iam votar favoravelmente a proposta que o Presidente da Mesa teve o cuidado de fazer e com a qual concordavam, que se bem tinha entendido, seria solicitar à Câmara que procedesse a uma nova peritagem por um colégio de cinco peritos, em que três eram nomeados pelo tribunal da lista oficial e um por cada uma das partes. Teceu comentários sobre a discrepância entre a posição do Grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal e a posição dos vereadores na Câmara.-----

-----Solicitou a palavra, **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para dizer que concordava com a proposta do Presidente da Mesa, fazendo alguns comentários.-----

-----Foi dada a palavra a **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, para, relativamente às intervenções anteriores quanto à coerência, afirmou que o PSD sempre foi coerente e se todos pensassem da mesma forma, não haveria razão nenhuma para a existência da Assembleia, pelo que se a Câmara tivesse um pensamento igual ao da Assembleia não seria necessário existir.-----

-----Não havendo mais intervenções, tomou a palavra o **Presidente da Mesa**, para afirmar que, assim sendo, a Assembleia Municipal deliberava não se pronunciar sobre as propostas da Câmara e do PSD quanto a esta matéria. A Assembleia Municipal deliberou recomendar à Câmara que procedesse em relação à proposta de venda a uma nova avaliação por uma comissão de cinco peritos à semelhança do que vinha estipulado no Código das Expropriações.

-----Colocada a votação, a mesma foi **aprovado, por maioria, com um voto contra**.-----

-----Seguidamente passou-se para o **ponto dois ponto oito – Apreciação e votação da Proposta da Câmara de aquisição de terrenos na rua Major Miguel Ferreira, freguesia de Fafe, à Cofafe**.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que faria a mesma proposta exatamente nos termos do ponto anterior.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada sendo **aprovada, por unanimidade**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto nove – Apreciação e votação do Regulamento do Cartão Municipal do Sénior**.-----

-----O **Presidente da Mesa** disse tratar apenas de uma atualização do cartão que já estava em vigor no município e portanto não exigia nova avaliação do regulamento.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que foi um pouco alterada a filosofia do cartão que até à presente data era mais um cartão que era atribuído às pessoas a partir de determinada idade, tendo que ser demonstrado pelos detentores do cartão a sua condição de recursos, ou seja, a sua atribuição seria apenas para pessoas idosas carenciadas. Entendeu-se que o cartão de idoso devia ser dinamizado e devia ser dado a quem tinha idade para tal, sendo que a participação ou não nos vários programas e

iniciativas promovidas pela Câmara, seria feita mediante uma avaliação dos recursos.-----

-----Foi dada a palavra a **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, sugerindo que, na sequência do que era hábito na Assembleia, os pontos 2.9, 2.10 e 2.11 baixassem à Comissão que habitualmente apreciava os regulamentos, independente de, como alias já tinha sido feito. Entendendo o Senhor Presidente que era relevante que o mesmo fosse votado, havendo naturalmente o compromisso por parte do Município, e se a Comissão entendesse fazer uma ou outra alteração e naturalmente aceitar ou não as sugestões, ou pelo menos as apreciar.-----

-----De seguida, usou da palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para solicitar esclarecimentos sobre as condições de atribuição do cartão, uma vez que no Regulamento era exigida a apresentação da declaração do IRS, entre outros.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou tratar-se de uma questão prática, só para obviar a uma questão que foi levantada ao pensar do regulamento e que seria a não exigência às pessoas, sistematicamente em cada um dos programas. Mencionou que o cartão era concedido a todas as pessoas, independente dos rendimentos, desde que tivesse mais de sessenta anos, no entanto ao elaborar este processo, seria conveniente ficar já com a informação relativa aos rendimentos, porque se houvesse necessidade de criar uma condição de recursos para um ou outro programa já estaria demonstrado.-----

-----Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Mesa** afirmou que em relação ao presente assunto tinha pensado que seria útil mandar para a Comissão o Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública do Município de Fafe, porque era um regulamento novo e não os outros dois, uma vez que a matéria era relativamente pequena. No entanto, se assim o entendessem, iriam todos.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Câmara** para pedir que os mesmos fossem todos votados, comprometendo-se a introduzir as correções que viessem a ser feitas pela comissão.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que se os três regulamentos fossem aprovados, seriam remetidos para a comissão dos regulamentos a reapreciar, se assim o entendesse.-----

-----Colocado à votação, **foi aprovado, por maioria, com seis abstenções.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto dez – Apreciação e votação da Alteração ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Fafe.**-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que explicou que a alteração ia permitir a colocação de sinalética dos empreendimentos de carácter turístico e das grandes superfícies.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para dizer que ia votar contra a alteração, uma vez que não entendia o porquê das grandes superfícies poderem colocar sinalética e o pequeno comércio local não. Embora no presente fosse expressamente proibida a colocação de sinalética desse género, a verdade era que existiam várias placas já colocadas, o que significava que não tinha havido fiscalização. Teceu vários comentários políticos.-----

-----Não havendo mais intervenções, a mesma foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com cinco votos contra e dez abstenções.**-----

-----Por fim, passou-se para o **ponto dois ponto onze – Apreciação e votação do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública do Município de Fafe.**-----

-----O **Presidente da Mesa** informou que se tratava de um regulamento inteiramente novo resultante de alterações à lei, pelo que seria votado, uma vez que o Presidente da Câmara o solicitou, mas que deveria ser apreciado com alguma atenção pela comissão dos regulamentos .-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que esclareceu que o documento esteve em discussão pública trinta dias não havendo reclamações.-

-----Não havendo intervenções, foi de imediato, colocado à votação, sendo **aprovado, por maioria, com nove abstenções.**-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou a votação a ata da sessão ordinária realizada em cinco de dezembro de dois mil e catorze, tendo sido **aprovada por maioria, com duas abstenções.**-----

-----Posteriormente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao público.-----

-----Tomou a palavra o Senhor **Benjamin Teixeira** para dizer que para além do direito que lhe dava o ser cidadão, foi mandatado para questionar o Presidente da Assembleia sobre as competências da Mesa, nos termos do artigo 21º, alínea h) do seu regimento, que dizia que deviam ser encaminhadas para a Assembleia Municipal as petições e queixas dirigidas à mesma, embora aceitasse a explicação dada no início da sessão pelo Presidente da Mesa, mencionou que entendia que seria legal a inclusão da proposta apresentada pelo CDS na convocatória, lendo o seu regimento. Lembrou o Presidente da Câmara, que na qualidade de sócio número doze do Grupo Nun' Alvares, a Câmara devia dois anos e dois meses de renda do Museu Automóvel ao grupo.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que não tinha mais nada a acrescentar à sua explicação inicial, não tendo sido dada uma explicação por escrito, pelo facto de ter aguardado pela realização desta Sessão e de o fazer perante todos os membros. -----

-----O **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que mantém boas relações com o Grupo Nun' Alvares e que o mesmo não ficaria prejudicado.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra à Segunda Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão.
Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e quinze.- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

1 2 3